



# XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

DA GESTÃO AO  
PATRIMÔNIO  
DOCUMENTAL

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## **XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS**

“Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
(Org.)

**XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS**

“Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”

FLORIANÓPOLIS  
2018

© 2018 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.  
Proibida a venda.

### **Comissão Organizadora**

Leolíbia Luana Linden  
Luiza Morgana Klueger Souza  
Camila Schwinden Lehmkuhl  
Amanda Herzmann Vieira  
Fernanda Frasson Martendal  
Renata Ventura

### **Comissão Científica**

Camila Schwinden Lehmkuhl  
Débora Flores  
Eliandro da Costa  
Eva Cristina Leite da Silva  
Francisco Cougo Junior  
Graziela Martins de Medeiros  
Sonali Molin Bedin  
Suéllem Chrystina Leal da Silva

**Coordenação Editorial:** Luiza Morgana Klueger Souza

Raffaela Dayane Afonso CRB 14/1155

E56a                      Encontro Catarinense de Arquivos (13. : 2017:  
                                 Florianópolis,  
                                 SC)  
                                 Anais do XIII Encontro catarinense de arquivos: “da gestão  
                                 ao patrimônio documental” / Organizado [por] Associação dos  
                                 Arquivistas do Estado de Santa Catarina . – Florianópolis:  
                                 Editora AAESC, 2018  
                                 103 p. : il. Color  
  
                                 ISBN: 978-85-60561-00-1  
  
                                 1. Arquivologia. 2. Gestão documental. 3. Patrimônio  
                                 Documental - Arquivos. I. Associação dos Arquivos do Estado  
                                 de Santa Catarina  
  
                                 CDU 025.171(816.4)

## SUMÁRIO

### **5 Prefácio**

### **7 Arquivologia Catarinense: breve histórico sobre seus elementos constitutivos**

Archivology of Santa Catarina: summary historic on their constitutive elements

Camila Schwinden Lehmkuhl, Fernanda Frasson Martendal, Leolíbia Luana Linden, Luiza Morgana Klueger Souza, Renata Ventura

### **EIXO 1 - Gestão de Documentos**

#### **AXIS 1 - Records Management**

### **26 Arquivometria: métricas para a gestão de documentos**

Archivometrics: metrics for records management

Ana Paula Alves Soares, Adilson Luiz Pinto e Ezmir Dippe Elias

### **36 Arquivos Fotográficos Brasileiros: Preservação em Risco**

Brazilian Photographic Archives: Preservation in danger

Raquel Oliveira Melo e Anna Carla Almeida Mariz

### **43 Erradicação da Infestação Biológica por Insetos Xilófagos no Arquivo Histórico de Joinville**

Eradication of Biological Infestation by Xylophagous Insects in the Historical Archives of Joinville

Isabel Cristina Busko

### **52 Integração de elementos descritivos da ISDIAH e ISAAR (CPF) para a construção de instrumentos de pesquisa em arquivos**

Integration of descriptive elements of ISDIAH and ISAAR (CPF) for the construction of finding aid in archives

Luciane Paula Vital, Leolíbia Luana Linden e Marisa Brascher

### **61 Preservação do patrimônio documental do município de Florianópolis: a digitalização como uma alternativa**

Preservation of the documentary patrimony of the municipality of Florianópolis: digitalization as an alternative

Marcio Simas da Silva e Eliana Maria dos Santos Bahia

## **Eixo 2 - Patrimônio Documental**

### **AXIS 2 - Documentary Patrimony**

#### **69 A obrigatoriedade da implantação de arquivos públicos municipais**

The mandatory implementation of public municipal files

Gisele Silva Aguiar e Edna Bochi

#### **78 Repositórios virtuais da legislação brasileira: o caso da educação indígena no Brasil e em Santa Catarina**

Virtual repositories of Brazilian legislation: The case of indigenous education in Brazil and Santa Catarina

Jefferson Virgílio

## **Eixo 3 - Interdisciplinaridade e Arquivologia**

### **AXIS 3 - Interdisciplinarity and Archivology**

#### **87 O Ensino de Arquivologia no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação: uma reflexão atual**

The Archivology teaching in the librarianship course and management of information units: a current reflection

Thayron Rangel, Railane Pereira e Antônio Victor Botão

#### **97 ANEXOS: Fotos do XIII Encontro Catarinense de Arquivos**

---

## **EIXO 2 - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL**

*Axis 2 - Documentary patrimony*

---

# Repositórios virtuais da legislação brasileira: O caso da educação indígena no Brasil e em Santa Catarina

*Virtual repositories of Brazilian legislation: The case of indigenous education in Brazil and Santa Catarina*

Jefferson Virgílio

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais - Cidade Universitária, jv@ia.edu.pt.

**Resumo:** O presente texto apresenta os principais repositórios de materiais digitais sobre a legislação brasileira e o equivalente identificado durante a pesquisa para a legislação catarinense. É restrita a busca e a apresentação para os repositórios institucionais que são mantidos pelo Estado brasileiro. É realizada a apresentação da pesquisa realizada nestes repositórios virtuais visando recuperar os conteúdos de materiais que eram identificados como de difícil ou restrito acesso em momentos prévios à digitalização destes e sua disponibilização posterior em ambiente online. A pesquisa é direcionada, especificamente, sobre a legislação envolvendo a catequização e a educação indígena no Brasil e, em um segundo momento, também é direcionada para um recorte sobre a legislação estadual desenvolvida em Santa Catarina sobre o mesmo tema. Reflete sobre os impactos positivos posteriores à disponibilização gratuita e em ambiente online destes materiais e pela plena possibilidade de realização de pesquisa em uma instituição de investigação estrangeira (em Portugal) sem a necessidade imediata de deslocamento para visita ou consulta aos arquivos físicos. Por fim, em menor grau, inclui breves reflexões sobre a possibilidade de consulta aos conteúdos de materiais antigos e raros sem colocar em risco a preservação e a integridade destes materiais.

**Palavras-chave:** Repositórios virtuais. Repositórios institucionais. Legislação brasileira. Legislação catarinense. Educação Indígena.

**Abstract:** The present text presents the main repositories of digital materials on Brazilian legislation and the close one identified during the research for the legislation of the state of Santa Catarina. The search and presentation is restricted for the institutional repositories maintained by the Brazilian State. The research carried out in these virtual repositories is carried out in order to recover the contents of materials that were identified as difficult or with restricted access in moments prior to the digitization of these and their later online availability. The research is specifically directed at the legislation involving indigenous catechization and indigenous education in Brazil and, in a second moment, is also directed to the state legislation developed in Santa Catarina on the same theme. It reflects on the positive impacts after the free and online availability of these materials and the possibility of conducting research even at a foreign research institution (in Portugal) without the immediate need to visit or consult the physical archives. Finally, to a lesser extent, it includes brief reflections on the possibility of consulting the contents of old and rare materials without endangering the preservation and integrity of these materials.

**Keywords:** Virtual repositories. Institutional repositories. Brazilian legislation. Legislation of Santa Catarina. Indigenous education.

## 1 Introdução

O presente artigo apresenta uma relação de repositórios online institucionais brasileiros que foram encontrados em uma primeira fase da pesquisa realizada para escrita de uma tese de doutorado.

Para além dos repositórios nacionais, é realizada a incorporação de um repositório estadual, catarinense, visando revelar a possibilidade de especificidade, além de promover maior adequação ao evento ao qual o *paper* é submetido.

Em um segundo momento apresenta a metodologia de busca por legislação nestes repositórios, ilustrando a respectiva para um tema específico, que é a educação indígena.

Para testar a funcionalidade das ferramentas de busca dos repositórios utiliza uma lista de leis e decretos, que

regulam ou norteiam a legislação envolvendo a educação indígena no Brasil. Esta lista de leis está disponível no Anexo A e é apenas ilustrativa.

A quantidade de referências acadêmicas incluídas no texto do artigo é reduzida, sendo intencional, e visa manter o conteúdo do artigo acessível para uma maior parcela da população.

Em sentido próximo, na medida do possível, a apresentação da proposta pode ser mais descritiva do que analítica, visando permitir a replicação da proposta, com ou sem adaptações por partes terceiras para temas diversos ou para outros repositórios virtuais.

Um dos objetivos da tese de doutorado que origina a pesquisa era tornar mais acessível para as populações indígenas as discussões que são realizadas sobre as próprias populações. Neste sentido, academicismos



exagerados e ornamentos estéticos na apresentação dos resultados são intencionalmente evitados e reduzidos.

A proposta de valorização de repositórios institucionais online caminha em vias próximas, ao incentivar a consulta e utilização destes repositórios e de suas fontes.

## 2 Desenvolvimento

A pesquisa foi desenvolvida como a primeira parte de uma investigação de doutorado. Em um primeiro momento desta pesquisa foi necessário mapear repositórios de leis nacionais que foram estabelecidas inicialmente durante o império português em território brasileiro sobre a catequização indígena, e que tiveram desenvolvimentos na legislação nacional sobre a educação indígena posteriormente.

Ainda que seja possível dissertar sobre a acessibilidade de documentos produzidos entre os séculos XVI e XIX sobre a catequização e a educação indígenas no Brasil, a maior parte destes materiais não está transcrito, estando apenas digitalizado. Neste sentido, documentos prévios ao final do século XIX não serão incluídos neste material.

Muitos dos documentos produzidos após este período, ainda mantém limitada acessibilidade física, pelo próprio estado de conservação ou mesmo pela fragilidade ou quantidade de cópias conhecidas destes documentos. Neste sentido, a visualização de versões digitalizadas ou transcritas de alguns documentos foi considerada como uma opção adequada e plausível desde o início da pesquisa que originou esta comunicação.

Um segundo fator considerado relevante foi pela pesquisa ser iniciada em território estrangeiro (Lisboa, Portugal) ao longo de quase doze meses, e neste sentido o acesso físico e direto à documentação sobre legislação nacional de um país terceiro, que era disponibilizado em bibliotecas, acervos ou arquivos físicos estava limitada, valorizando ainda mais consultas aos documentos em formatos digitais.

Assim, se iniciou uma busca por repositórios online, utilizando como norteadores os textos de leis que já eram conhecidos.

Uma segunda parte da pesquisa, que não será tratada neste artigo, envolveu a consulta pormenorizada e de longa duração em cada um destes repositórios, visando encontrar leis antigas que regulassem a catequese, o ensino e a educação indígena, para compreender o desenvolvimento desta área de atuação nos últimos dois séculos.

### 2.1 Os repositórios online

Afim de identificar parte dos repositórios que mantinham cópias completas de trechos de leis disponíveis online foi utilizado um buscador simples online e funções específicas destes, que sumarizam e filtram os resultados.

Por uma questão de acessibilidade, optou-se pelo buscador Google [1], e neste, pela utilização da função de busca por trechos incluídos entre aspas duplas.

Ao incluir um texto entre aspas duplas, as centenas de milhões de resultados que frequentemente são recuperadas em uma busca no Google são reduzidas para apenas aqueles resultados que possuem exatamente o trecho procurado.

A metodologia aplicada é derivada do modelo exaustivamente desenvolvido e testado em uma pesquisa realizada entre 2014 e 2016 para a escrita de parte de uma dissertação de mestrado (Virgílio, 2016:51-59).

A pesquisa que serviu como modelo foi desenvolvida para identificar o conjunto total de portadores de um diploma específico em Portugal através da combinação de filtros inteligentes e tabulação de dados obtidos online, sendo necessárias algumas adaptações para o propósito deste material.

Por questões de economia de espaço esta metodologia não será exaustivamente apresentada neste material.

Para o presente material, de maneira ilustrativa, optou-se inicialmente por incluir o texto completo do artigo 19º do decreto que criou o Serviço de Proteção aos Índios (Brasil, 1910) entre aspas duplas no buscador Google, onde obtemos apenas cinco resultados.

Os três primeiros resultados são o repositório do planalto central [2], da câmara de deputados [3], e do senado federal [4], respectivamente. Os dois resultados finais são repositórios gerais de documentos de texto na internet que são mantidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Ao longo da pesquisa (2015 e 2017), foram realizadas outras consultas similares com 37 trechos de artigos de diferentes leis e decretos publicadas entre 1890 e 2016. Estes testes também não serão aqui incluídos por uma questão de espaço. Os trechos de texto foram obtidos aleatoriamente entre os artigos disponíveis na lista de legislação que está incluída no Anexo A.

Com exceção de trechos da Constituição Federal de 1988, os resultados obtidos variaram de três à doze ocorrências no buscador Google. Também foram observadas algumas características comuns em todos os resultados obtidos. Essas características podem ser sintetizadas entre os itens a seguir [5]:

- Quanto mais extenso for o trecho incluído entre aspas duplas, menor a quantidade de resultados obtidos.
- Quanto mais antiga for a lei onde o trecho foi publicado originalmente, menor a quantidade de resultados obtidos.
- Alguns trechos de texto podem ser idênticos em leis de períodos distintos, gerando múltiplos resultados.
- Os três repositórios institucionais identificados aparecem em primeiras posições em todas as buscas realizadas.
- Trechos específicos dos textos de artigos da constituição federal de 1988 apresentam uma grande quantidade de monografias e artigos científicos entre os resultados. Esta situação ocorre, mas é rara, em trechos dos textos de outras constituições. Esta situação não foi observada para trechos de leis nos testes aleatórios realizados, mas em teoria deve ocorrer com alguma frequência [6].
- Se houver reescrita ou adaptação do conteúdo textual de leis do final do século XIX e início do século XX para o português "moderno", a quantidade de resultados pode alterar substancialmente para um valor superior, com o sacrifício de alguns repositórios institucionais, que não aparecem em todos os resultados.

### 2.1.1 Repositório do Planalto Central

O repositório institucional e online do planalto central possui uma organização mais vasta da legislação além dos seus limites do que os repositórios da câmara e do senado.

Inclui, por exemplo, hyperlinks para os repositórios estaduais e para atos e acordos internacionais, entre outros repositórios ou coleções. Além disso, possui organização cronológica de alguns conjuntos de lei, como as "leis do império" ou "leis da república velha".

A função principal do portal no entanto remete à busca, que pode ser simples ou avançada. Em testes realizados com os termos *ensino*, *educação*, *catequese*, *escola*, *letramento*, *letras* e *formação*, além de variações diversas nas grafias destes termos, foram identificados e encontrados todos os textos do Anexo A [7].

Uma situação similar ocorreu na busca por trechos específicos do conteúdo destas leis, ou mesmo pelos seus títulos.

A apresentação dos resultados da busca no repositório do planalto central é bastante prática, direta e limpa, apresentando acesso direto para uma lista de documentos, sem grandes informações complementares. Apresenta uma quantidade de resultados substancialmente inferior aos dois outros

repositórios que são apresentados a seguir. A utilização da busca avançada pode ser facilmente descartada.

Neste sentido, compreende-se que: I) O repositório é pleno em conteúdo. II) O repositório é completamente funcional.

### 2.1.2 Repositório da Câmara de Deputados

O repositório institucional e online da câmara de deputados possui uma organização menos detalhada da legislação que o repositório anterior. Inclui no entanto, hyperlinks para as publicações da câmara, para algumas coleções de leis, e para emendas e medidas provisórias diversas.

A função principal também remete à busca, que também pode ser simples ou avançada e permite vários filtros adicionais, que não estão disponíveis no repositório do planalto central.

Em testes realizados com os mesmos termos do teste anterior (*ensino*, *educação*, *catequese*, *escola*, *letramento*, *letras* e *formação*), foram identificados e encontrados todos os textos do Anexo A. Situação similar ocorreu na busca por trechos específicos do conteúdo destas leis, ou mesmo pelos seus títulos.

A apresentação dos resultados da busca no repositório da câmara de deputados é menos clara que a anterior, apresentando breves descrições dos resultados, que são distribuídos entre centenas ou milhares de páginas. A quantidade de resultados atinge facilmente os milhares ou as centenas de milhares, tornando o uso da busca avançada praticamente uma obrigatoriedade para filtrar ou direcionar os resultados.

A principal distinção deste repositório está na inclusão de toda a legislação que é originada, que passou, ou que está em curso para discussão ou avaliação na câmara de deputados.

Neste sentido, compreende-se que: I) O repositório é pleno em conteúdo. II) O repositório é completamente funcional.

### 2.1.3 Repositório do Senado Federal

O repositório institucional e online do senado federal possui uma organização similar ao repositório da câmara, porém é um pouco mais intuitivo. Inclui hyperlinks para outros dois sistemas de indexação sobre legislação federal (LEXML [8] e SICON [9]) na mesma página da busca rápida.

A função principal também remete à busca, porém possui pelo menos três sistemas de organização. Ao utilizar a busca rápida, o usuário é forçado a busca por decidir o tipo de norma, o que pode reduzir a efetividade ou o número de resultados. É neste sentido uma busca mais engessada e inadequada para neófitos.

Em testes realizados com os mesmos termos dos testes anteriores (*ensino, educação, catequese, escola, letramento, letras e formação*) no SICON, foram identificados e encontrados todos os textos do Anexo A. Situação similar ocorreu na busca por trechos específicos do conteúdo destas leis, ou mesmo pelos seus títulos.

A apresentação dos resultados da busca no repositório do senado federal é próxima à da câmara de deputados, apresentando breves descrições dos resultados, que são distribuídos entre centenas ou milhares de páginas. A quantidade de resultados atinge facilmente os milhares ou as centenas de milhares, tornando o uso da pesquisa avançada do SICON ou da definição do tipo de norma, saídas quase obrigatórias.

A principal distinção deste repositório está na inclusão de toda a legislação que é originada, que passou, ou que está em curso para discussão ou avaliação no senado federal.

Neste sentido, compreende-se que: I) O repositório é pleno em conteúdo. II) O repositório é completamente funcional.

#### 2.1.4 Repositório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

O repositório institucional e online da assembleia legislativa do estado de Santa Catarina [10] possui uma organização similar ao repositório do planalto central, sendo bastante simples e com reduzidas opções.

A função principal remete à pesquisa e é bastante intuitiva. Os resultados são bastante reduzidos e direcionados, sendo filtrados entre leis estaduais e a constituição estadual ou em alguns casos para emendas.

Possui hyperlinks para a legislação federal e para algumas legislações municipais dentro do estado. Não possui informações sobre a legislação de outros estados da federação. Por questões óbvias nenhum dos textos listados no Anexo A surge nos resultados.

Foram realizados testes adicionais com outros termos (*gentio, selvícola, índio, bugre e indígena*), onde os resultados remetem ao conhecido e raso material sobre a legislação indígena existente em Santa Catarina.

A apresentação dos resultados é próxima à da câmara de deputados e do senado federal, apresentando breves descrições dos resultados. A quantidade de resultados dificilmente atinge uma ou duas dezenas, tornando o uso da pesquisa avançada praticamente desnecessária.

A principal distinção deste repositório para os demais está obviamente no recorte ao estado de Santa Catarina.

Neste sentido, compreende-se que: I) O repositório é pleno em conteúdo. II) O repositório é completamente funcional.

#### 2.1.5 Repositório do Supremo Tribunal Federal

Além dos repositórios que frequentemente aparecem nos testes realizados em um primeiro momento é sabido da existência de um repositório do STF [11].

O repositório institucional e online do supremo tribunal federal no entanto revelou-se menos intuitivo que os anteriores, ainda que preze pela organização. Também não inclui a legislação que está incluída no Anexo A, sendo portanto excluído de apresentação neste material.

#### 2.2 Apresentação do texto das leis

A apresentação do conteúdo do texto das leis ocorre de maneira quase padronizada em todos os repositórios consultados (com exceção do LEXML).

Em regra geral, a opção é a apresentação do texto das leis de maneira explícita e literal. O LEXML é a exceção e ao invés de apresentar o conteúdo das leis, prefere a indexação de meta dados referentes a legislação.

Todos os repositórios possuem opção para apresentação das leis em modo atualizado (com emendas, vetos, alterações, etc) ou com o texto de origem.

Estas opções são especialmente úteis para pesquisas que analisem, por exemplo, a evolução do texto de determinada lei ou norma, como o Estatuto do Índio (Brasil, 1973), que recebem inúmeras alterações ao longo de décadas de existência.

O modo como o texto das leis é apresentado permite não apenas acelerada forma de consulta ao seu conteúdo pelas ferramentas de busca, como possibilidade de indexação por motores de busca, como o Google, como a cópia de trechos textuais com ou sem formatação incluída.

Para o período que compreende entre 1890 e 2016 não foram encontrados documentos que foram simplesmente digitalizados. Todos os documentos consultados contam com versões em transcrição completa.

Esta é uma mais-valia de distinção perante versões previamente disponíveis online dos mesmos documentos por pesquisadores voluntários e também de documentos disponibilizados em outros repositórios institucionais que foram simplesmente digitalizados [12].

Compreende-se o esforço investido na digitalização de acervos e não é aqui a proposta julgar ou criticar

tentativas prévias de digitalizações, mas sim ressaltar algumas das vantagens da transcrição integral de certas fontes e de certos materiais.

É sabido que para determinadas pesquisas e áreas do saber (museologia, química, etc), o acesso físico ao original pode ser necessário, assim como para outras pode ser crucial a visualização do material original (paleografia, etc), analisando ali outro conteúdo, que não apenas o textual e transcrito.

A pesquisa que originou este material possui discussão que privilegia as áreas da antropologia, da história e do direito, sendo portanto muito mais concentrada na análise do conteúdo. Não se deve compreender portanto aqui qualquer estímulo ou julgamento de valor ou hierarquia entre as diferentes áreas do saber.

### 2.3 Acesso online e gratuito

As percepções mais atualizadas sobre repositórios institucionais disponíveis online e de modo gratuito (ver Franco, 2015:19, grifos removidos) sugerem que:

Os repositórios surgiram com o propósito de preservação da memória e visibilidade institucional, porém esses ambientes não precisam ser obrigatoriamente científicos. Eles se iniciaram com esse objetivo, mas podem ser desenvolvidos com fins administrativos [...].

É possível incluir ainda os princípios de acesso à informação, seja na facilidade de disseminação, seja pelo reduzido custo de distribuição.

Para o caso específico da informação sobre legislação, a sua acessibilidade é garantida por lei desde 2011, via Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), e está garantida pela Constituição desde 1988 (Brasil, 1988, ver art. 216, especialmente).

Neste sentido, a proposta de pesquisa aqui realizada busca apenas ressaltar a importância e a facilidade de acesso aos repositórios institucionais legislativos atualmente em funcionamento, visando não apenas a sua divulgação, como a sua valorização, mas principalmente a sua continuidade, além de seu uso e de sua expansão.

Ao permitir e incluir o conteúdo das legislações em ambiente online, e de modo gratuito, permite não apenas o amplo acesso da população nacional ao texto das leis, como de pesquisadores estrangeiros, seja para análise específica, seja para análise comparativa, entre tantas outras possibilidades de uso do material online.

### 2.4 Materiais antigos e raros

Há algum consenso sobre as vantagens da digitalização de obras raras, e este consenso pode ser recuperado, por exemplo em Greenhalgh (2011:159-160), quando afirma que:

A principal linha de defesa para o processo de digitalização das obras raras trabalha com a preservação e disseminação desse material, com o argumento de que o processo beneficiará a longevidade dos livros, possibilitando o acesso ao conteúdo, sem a necessidade de manusear o original. Outro argumento favorável à digitalização de obras raras é o fato de ser um facilitador ao acesso e conhecimento dos livros, colocando-os disponíveis à consulta remota e ao alcance de buscadores on-line.

Sem grande dificuldade estas percepções podem ser incluídas para materiais antigos ou de circulação reduzida, como é o caso de várias leis ou normas mais antigas, especialmente aquelas publicadas antes dos anos 80. Estes materiais podem não ser exatamente raros, mas sim estarem apenas inacessíveis.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, a distância física pode ser uma barreira ao acesso de inúmeros materiais para qualquer pessoa que não consiga aceder à determinadas capitais ou centros de acúmulo do saber e do conhecimento.

É neste sentido que a legislação do final do século XIX e do início do século XX são compreendidas neste artigo. Materiais que, ainda que não possam ser classificados como obras raras, possuem reservada ou limitada capacidade de circulação. Para o caso da legislação sobre educação indígena, substancial parte destes materiais possuem cópias disponíveis para acesso apenas na atual e nas anteriores capitais da nação (especificamente Brasília, Rio de Janeiro e Salvador).

### 2.5 Pesquisa no exterior

Os custos de deslocamento ou mesmo de empréstimo de exemplares físicos de livros, revistas ou jornais entre instituições de diferentes países (ou mesmo estados dentro do território brasileiro) podem ser impeditivos para a realização plena ou adequada de uma pesquisa sobre determinado tema.

Recupero aqui uma citação de Umberto Eco (2007:71), onde o autor enfatiza a questão:

Geralmente, aceita-se o tema sem se saber se está em condições de aceder às fontes e é preciso saber: (1) onde elas se podem encontrar; (2) se são facilmente acessíveis; (3) se estou em condições de trabalhar com elas.

Com efeito, posso aceitar imprudentemente uma tese sobre certos manuscritos de Joyce sem saber que se encontram na Universidade de Búfalo. ou sabendo muito bem que nunca poderei lá ir [...] poderei aceitar trabalhar num autor sem saber que os seus textos originais são raríssimos e que terei de viajar como um doído de biblioteca em biblioteca e de país em país. Ou seja, a possibilidade de aceder ou não as fontes de consulta, pode efetivamente excluir a realização de determinada pesquisa por determinada pessoa ou instituição.

Ao permitir o acesso online, remoto, gratuito e em plena qualidade de condições para qualquer pessoa com acesso à internet, uma das principais barreiras à produção e ao acesso ao saber perde parte de sua base de sustentação.

### 3 Conclusão

Conclui-se que é fundamental a manutenção dos repositórios online de leis, pois além de cumprirem completamente com as suas funções, permitem o acesso alargado, ágil, e com reduzida burocracia ao seu conteúdo para qualquer parte que esteja interessada.

Salienta-se que para a pesquisa que originou este artigo, a classificação e a organização do conjunto de leis, além da facilidade de buscas com a utilização das palavras-chave, categorias ou mesmo em coleções específicas, que os repositórios online permitiram realizar, tornou possível mapear literalmente todo o conjunto de legislação nacional sobre educação indígena em um intervalo inferior à dois meses.

Esta situação seria não apenas improvável temporalmente, como improvável em custos, se fosse necessário os deslocamentos à Brasília, Rio de Janeiro ou Salvador, onde são conhecidas cópias físicas de alguns dos documentos que foram consultados.

Para concluir, enfatiza-se a importância da disseminação da existência destes portais, sendo alinhada com políticas de garantir a maior e melhor acessibilidade possível.

Percebe-se que há um real esforço do estado brasileiro em manter estes repositórios funcionais e em plena acessibilidade.

Um segundo caminho que deve ser pensado e idealmente iniciado o seu desenvolvimento pode remeter justamente ao acesso a internet, que ainda pode ser rarefeito ou caro em diversas regiões do país, e para diversas instituições ou pessoas.

Ainda que boa parte das bibliotecas públicas, escolas e universidades ofereçam condições de acesso à internet aos seus usuários, esta situação está longe de ser plena ou acessível ao todo da população. Este talvez seja o próximo alicerce identificado nas barreiras existentes contrárias ao acesso e à produção do conhecimento que deve ser removido.

### Notas

[1] Acesso online: <http://www.google.com>.

[2] Acesso online: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

[3] Acesso online: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>.

[4] Acesso online: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao>.

[5] Além das características listadas também foi observado que alguns caracteres específicos (sinais de positivo e negativo, parênteses, colchetes, aspas, asteriscos, entre outros) podem afetar os resultados nos buscadores online. Este conjunto de situações pode impor a necessidade de ajustes ao texto utilizado nos testes. Estes caracteres podem ser encontrados na literatura sendo identificados como "operadores de pesquisa" ou "códigos especiais". Essa situação não é desenvolvida neste material.

[6] Pode-se mencionar por exemplo leis que são frequentemente objeto de pesquisa científica em áreas distantes da arquivologia, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) que em testes adicionais e não aleatórios que foram realizados ultrapassou dois mil resultados. A Lei das Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) que está incluída no Anexo A por exemplo, apresentou doze ocorrências durante os testes aleatórios, sendo o valor máximo observado nestes testes. Outros trechos da Lei das Cotas que foram intencionalmente recortados superaram as quatro centenas de resultados. Estas duas leis são frequente objeto de análise nas ciências sociais em teses de doutorado e dissertações de mestrado, podendo explicar parte destas observações dispare. Maiores observações sobre estas situações não serão desenvolvidas neste material ou espaço.

[7] A lista de textos incluídas no Anexo A remete a parte da legislação principal na discussão sobre educação indígena no Brasil. Foi construída de modo a demonstrar o alcance dos filtros e ferramentas de busca ou pesquisa dos repositórios consultados. Não deve ser compreendida como totalizante sobre o tema. É parcial e ilustrativa.

[8] Acesso online: <http://www.lexml.gov.br/>.

[9] Acesso online: <http://legis.senado.gov.br/sicon/>.

[10] Acesso online: [http://www.alesec.sc.gov.br/portal\\_alesec/legislacao](http://www.alesec.sc.gov.br/portal_alesec/legislacao).

[11] Acesso online: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=legislacaoPlanaltoSenado>.

[12] Por exemplo em comparação aos materiais disponíveis no archive.org pela Biblioteca do Ministério da Fazenda. Acesso online: <https://archive.org/details/memoriaestadisticadobrasil>.

**Referências**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1988.
- BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.
- BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese em ciências humanas. Lisboa: Editorial Presença. 2007.
- FRANCO, Izabel da Mota. Repositórios digitais institucionais: Um viés pela Lei de Acesso à Informação. Dissertação do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade. UFSCAR. 2015.
- GREENHALGH, Raphael Diego. Digitalização de obras raras: algumas considerações. Perspectivas em Ciência da Informação. Volume 16, número 3. Pps.: 159-167. 2011.
- VIRGÍLIO, Jefferson. Travessias antropológicas do além-mar: Pós-colonialismos em português. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFSC. 2016.

**Anexo A - Legislação disponível online sobre educação indígena**

Lista de legislação disponível online sobre educação indígena (utilizada para fins de testes apenas)

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. 1934.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.794, de 22 de novembro de 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.

BRASIL. Decreto nº 736, de 6 de Abril de 1936.

BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.

BRASIL. Decreto nº 62.196, de 31 de janeiro de 1968.

BRASIL. Decreto nº 64.447, de 2 de maio de 1969.

BRASIL. Decreto nº 92.470, de 18 de março de 1986.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.